

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE MENDES-RJ

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AS A DEMOCRATIC MANAGEMENT INSTRUMENT: AN ANALYSIS OF MENDES-RJ MUNICIPALITY

Débora Alves Morra Loures 1
Victor Gonçalves Freitas 2

Resumo: Este artigo discute o papel da gestão educacional no contexto geral diante dos novos paradigmas do século XXI, da necessidade de elaboração de um projeto macro político pedagógico macro, que nele se expresse além do cumprimento da lei de diretrizes da educação nacional, o plano municipal de educação, a nova base nacional comum curricular, como também as intenções da gestão educacional em relação ao processo de aprendizagem nas unidades escolares. A gestão democrática da educação e o projeto político pedagógico são indissociáveis, tanto no âmbito educacional como no escolar. O universo da pesquisa, quanto à metodologia, contemplou a análises bibliográficas que serviram de base para a construção da crítica aqui proposta. Como também foi realizada entrevista com os professores do primeiro segmento da rede municipal de educação de Mendes, interior do estado do Rio de Janeiro para obter uma análise de caso, objeto dessa pesquisa. Os resultados demonstraram que os professores conhecem o processo gestão pedagógica micro, porém desconhecem a proposta macro pedagógica da rede educacional em que lecionam.

Palavra-chave: Educação Municipal. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

Abstract: This article discusses the role of educational management in the general context before the new paradigms of the 21st century, the need for a macro project macro teaching political, that it express in addition to the fulfillment of the law of national education guidelines, the municipal plan of education, the new national curriculum, common base as well as the intentions of the educational management in relation to the learning process in school units. The democratic administration of education and pedagogical political project are inseparable, both within education as in the schools. The world of research, regarding methodology, contemplated the bibliographical analyses that were the basis for the critical construction here proposed. Was held an interview with the teachers of the first segment of the municipal education of Mendes, interior of the State of Rio de Janeiro for a case analysis, object of this research. The results showed that teachers know the pedagogical management process micro, however unaware of the proposal pedagogical educational network macro in who teach.

Keywords: Municipal Education. Democratic management. Political Pedagogical Project.

Pedagoga, Dirigente Municipal de Educação na Rede Municipal de Ensino de Mendes, Coordenadora das Disciplinas Pedagógicas CEDERJ/Polo Paracambi. Especializada em Gestão Escolar, Educação Empresarial, PIGEAD, Coordenação Pedagógica e Psicopedagogia, Mestranda do curso profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação pelo Centro Universitário Carioca (Unicarioca). E-mail: damloures@yahoo.com.br

Físico pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Engenharia de Reatores pelo Instituto de Engenharia Nuclear - IEN/CNEN e Doutorado em Engenharia Nuclear pela COPPE/UFRJ. Professor adjunto dos cursos de engenharia do Centro Universitário Carioca (Unicarioca) e professor do mestrado em novas tecnologias digitais na educação desta mesma instituição. E-mail: vfreitas@unicarioca.edu.br

Introdução

Com o advento das tecnologias, do atendimento do aluno nativo digital, das exigências constitucionais, a gestão da educacional municipal, tem buscado novas formas de gerenciamento através de paradigmas e projetos institucionais que contemplem uma gestão democrática e compartilhada que resultem na oferta de uma aprendizagem com qualidade.

Complementa Rostirola e Schneider (2010, p.73),

O ensino com qualidade para ser sinônimo de uma sociedade mais justa e preparada para atender a demanda do mercado de trabalho, ou seja, passa a ser depositada maior confiança na educação em vistas das mudanças econômicas, sociais e políticas sofridas.

Algumas redes municipais de educação enfrentam o desafio de obsequiar uma educação de qualidade, democrática e inovadora desde a educação infantil (creche e pré-escola) até ao ensino fundamental contemplando as modalidades de ensino (educação de jovens e adultos e educação especial e inclusiva).

Diante desta premissa é essencial que a gestão da secretaria municipal de educação em conjunto com as unidades escolares, gestores, professores, comunidade e sociedade civil se una democraticamente no sentido de elaborarem em conjunto um projeto macro que contemple o processo ensino aprendizagem e ao mesmo tempo seja o norte da proposta pedagógica das escolas.

O documento ao qual se refere este artigo é o Projeto Político Pedagógico (PPP) instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 20 de dezembro de 1996¹, construído de forma participativa, se torna um instrumento na promoção da gestão democrática de ensino.

A necessidade de caminhos pré-estabelecidos pela gestão compartilhada equaciona e melhora significativamente as condições da oferta de trabalho e de transparência das políticas públicas municipais.

Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática

A Constituição Federal promulgada em 1988, determina princípios para a educação brasileira: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e especificamente (...) VI- gestão democrática do ensino público na forma da lei. (Art. 206, CF/88). Portanto, as unidades federativas tem autonomia de elaborar o próprio sistema de ensino desde que proporcione a gestão democrática, conforme:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDBEN /96 Art.14)

Sulpino e Ramalho (2012, p.09) explicitam que a “gestão democrática na escola pública está condicionada à melhoria e à eficiência da qualidade do sistema educacional público brasileiro”. Conclui Oliveira (2014, p.307) que “a gestão democrática é fundamental para a garantia da qualidade do ensino”.

Neste sentido a gestão do sistema municipal é responsável em elaborar políticas públicas educacionais proporcionando ações pedagógicas, administrativas e financeiras que resultem na qualidade do processo ensino e aprendizagem dos alunos da rede.

Sendo assim, “é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro” Vieira (2007, p.63).

É fundamental a existência de um projeto macro político e pedagógico que observe a gestão no planejamento de todos os insumos administrativos financeiros e educacionais, como

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

também com as inovações tecnológicas, a formação e valorização dos professores, as condições de trabalho dos profissionais da educação e do magistério, infraestrutura das unidades escolares, transporte escolar, merenda escolar, e outros fatores essenciais para o desenvolvimento global de uma educação democrática e qualidade.

Projeto Político Pedagógico (PPP) é nome atribuído a uma proposta formulada pelo coletivo de uma escola e que trata tanto de formas de organização decisória quanto de questões relacionadas aos currículos e às metodologias de ensino. (BONATO 2004, p15)

Segundo Rostirola e Scheider (2010, p.76) apud Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p.358), o projeto político pedagógico resulta:

“o projeto resulta de práticas participativas”. O trabalho coletivo, a gestão participativa, é exigência ligada à própria natureza da ação pedagógica, propicia a realização de objetivos e o bom funcionamento da escola, para o que se requer unidade de ação e processos e procedimentos de tomada de decisão.

Uma proposta política pedagógica não pode ser um documento engessado, elaborado sem representatividade coletiva que na maioria das vezes fica engavetado, existindo apenas para cumprir uma etapa burocrática. Portanto, é necessário discutirmos a importância da construção de uma proposta coletiva que oriente as ações pedagógicas e administrativas, que dê um norte à organização da rede municipal de ensino e que ao mesmo tempo seja um documento indispensável para a formulação de políticas públicas educacionais.

É importante ressaltar que a gestão educacional, precisa estar integrada a gestão escolar, pois ambas tem o mesmo objetivo, conforme Vieira (2007) afirma:

É verdade que muito pode, precisa e deve ser feito no sentido de aproximar essas duas esferas de gestão, mesmo porque sua finalidade tem um norte comum- a educação como direito de todos, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme defendem a Constituição (art. 205) a e LDB (art., 2º).

Portanto, a partir de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases proporcionou autonomia para os municípios construir seus sistemas de ensino e sua proposta pedagógica. Essa autonomia tem aspiração política e pedagógica. Esses anseios precisam ser focados na essência da tarefa educativa. (Vieira, 2007, p.67)

Uma rede municipal de ensino requer políticas educacionais em consonância com o plano municipal e nacional de educação, projeto político pedagógico, conselho municipal de educação, conselho do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB) e conselho escolar, projetando a formação interdisciplinar do discente proporcionando uma educação emancipadora focada no processo ensino aprendizagem e proporcionando sempre a gestão da qualidade no processo educativo.

Complementa Libâneo (2017.p.62).

Educação de qualidade é aquela que promove para todos os domínios do conhecimento e do desenvolvimento capacidades cognitivas, operativas e sociais necessárias ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente a qualidade da educação pública é aferida através dos resultados demonstrados no sistema de avaliação do ensino aprendizagem (avaliações internas) que são avaliações processuais realizadas bimestralmente ou trimestralmente em cada unidade de ensino, voltadas para o desenvolvimento do aluno e da avaliação institucional (externa) que é compreendida como

espaço integrado por participantes.

Esta avaliação externa é na realidade a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRES), conhecida como Prova Brasil, criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2007, para aferir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), adota um indicador que avalia de dois em dois anos as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Os indicadores educacionais (metas projetada/metos observada) aponta o índice estatístico que resulta na qualidade do ensino. Esses índices representam um formulador de políticas educacionais que precisam estar expressas na construção/reconstrução do projeto político pedagógico (PPP) como fator preponderante da aprendizagem, e em sintonia com as metas do Plano Municipal de Educação (PME) e do Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com Vieira et al. (2015 p.85) “o IDEB tem facilitado a implantação daquilo que vem sendo chamado de políticas de responsabilização”. Essas políticas de responsabilização envolvem toda a comunidade escolar e resulta em uma política pública democrática de educação. Os indicadores são instrumentos de qualificação e quantificação das metas municipal e nacional que devem ser utilizada como análise para fazer um diagnóstico da realidade da educação.

As avaliações em larga escala objetiva cumprir o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, instituído através do decreto federal nº 6.094 de 24/04/2007, que descreve no capítulo II- do índice de desenvolvimento da educação básica, no art. 3º:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

O IDEB é um indicador utilizado para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso todos pela educação.

Em síntese o resultado deficitário das notas do IDEB e somam-se a isto os níveis de proficiência em leitura e escrita da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), recomenda-se a reelaboração do currículo educacional e da criação de uma proposta pedagógica da rede municipal de ensino em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a aprendizagem essencial na educação básica, de forma que promova uma articulação interdisciplinar baseada em competências multidisciplinares em prol da melhoria da qualidade da educação municipal.

Diante disso é preciso considerar que:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação. (BRASIL, Pag. 07 2017).

Em outras palavras a BNCC “passa a ser uma referência nacional obrigatória para processos de currículos e material didáticos, de políticas de formação de educadores, além de critérios claros para avaliações em larga escala e concursos públicos”. (PEREZ, 2018 p. 11).

Peres complementa ainda que “a BNCC indica é a necessidade de constituir uma proposta curricular que assegure as competências e habilidades e resguarde, nos objetos de conhecimento, as marcas culturais, ambientais e econômicas de cada região”. (PEREZ, 2018 p.13)

As disciplinas contempladas no currículo tradicional utilizado ainda em muitas redes de ensino e especificamente nessa pesquisa na cidade de Mendes, demonstram à falta de interdisciplinaridade e contextualização, retratando a inexistência de um projeto pedagógico em nível de rede municipal

que assegure as competências e habilidades descritas na BNCC proporcionadas à gestão do conhecimento.

Os processos de elaboração de currículo e avaliações externas e internas precisam estar interligados pedagogicamente e explicito no projeto político pedagógico macro para que a gestão educacional possa saber que direção e norte se quer chegar e proporcionar a gestão escolar o caminho a seguir.

No decorrer da viagem, Alice encontra muitos caminhos que seguiam em várias direções. Em dado momento, ela perguntou a um gato sentado numa árvore: - Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui? - Isso depende muito de para onde queres ir - respondeu o gato. - Eu não sei. O gato, então, respondeu sabiamente:- Sendo assim, qualquer caminho serve. (Lewis Carroll, extraído do livro Alice no país das maravilhas).

Este caminho a ser encontrado através de um projeto macro, é apenas um rumo para o desenvolvimento da educação pública in lócus, porém será sempre através de uma gestão participativa e democrática que conseguiremos alcançar à qualidade da educação, a transparência orçamentária e financeira, a prática pedagógica, a valorização do professor e dos profissionais da educação, gerência nos programas suplementares e outros insumos essenciais para ofertar o direito a educação.

Segundo, Bordignon & Gracindo (2004, p. 147).

Nesse sentido, a gestão da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas.

É essa alternância de padrões que se aborda nesta pesquisa, da transformação da educação burocrática, individualista para a educação compartilhada e democrática que atenda o aluno nativo digital enquanto protagonista da aprendizagem.

É fundamental que o PPP seja elaborado em consonância com a nova Base BNCC, dando ênfase o protagonismo pedagógico do século XXI, contemplando a sociedade da informação e comunicação, presentes nas dez competências gerais apresentadas na BNCC, como direito de aprendizagem; com ferramentas e estratégias tecnológicas que ofertem a cultura digital no processo ensino aprendizagem; e cumprimento de metas para a valorização da educação municipal.

Demo (1998, p. 248), descreve a importância da existência do PPP como:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

Em outras palavras o PPP deve expressar a intencionalidade, o sentido pedagógico e administrativo de uma gestão municipal. É uma ferramenta que proporciona o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que juntas podem colaborar para proporcionar a formação do aluno através de suas competências e habilidades.

Dessa forma Veiga (2003) retrata que: “é preciso construir um Projeto Político Pedagógico de educação comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população”. (VEIGA, 2003, p. 14)

Efetivamente o PPP é um documento de ações intencionais que Veiga (1995, p.17) caracteriza

como:

[...] é político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária; e pedagógico no sentido de definir ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades [...].

Mediante o exposto, ao discursar as temáticas do projeto político pedagógico e da gestão democrática da educação pública está sendo inserida a sociedade como um todo e colocando-a no centro das decisões micro e macro do processo educacional. Na realidade nesse momento superam-se práticas centralizadoras para a efetivação de decisões coletivas e compartilhadas.

Análise do Estudo de Caso e Resultados

Estudos de caso: município de Mendes/RJ

A presente pesquisa está inserida no campo da interdisciplinaridade, onde foram utilizadas metodologias e teorias de diversos campos do conhecimento para dar conta do trabalho proposto. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa visou um estudo de caso exploratório, caracterizando-se como quantitativa fundamentada através da aplicação de um questionário bem estruturado contendo doze perguntas fechadas, garantindo assim a homogeneidade dos entrevistados.

Uma das metodologias usadas para conduzir esta análise é a do tipo estudo de caso, cujas características se pode destacar: (a) o papel da teoria na construção das categorias; (b) a necessidade de se respeitar princípios do estudo de caso, como a relativização (centrar-se na perspectiva do outro) e o estranhamento (esforço deliberado de análise do familiar como se fosse estranho); (c) o desenvolvimento do trabalho de campo com apoio em observação planejada, e em instrumentos e registros bem elaborados.

A partir das posições apresentadas quanto ao estudo de caso, método utilizado neste trabalho científico, é de suma importância caracterizarmos os participantes da referida pesquisa. Os participantes da pesquisa são vinte e dois professores do primeiro segmento da rede municipal de ensino de Mendes, cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 18.123 habitantes, engloba doze unidades escolares, e um centro especializado de educação especial, atende 2.315 alunos da educação infantil ao nono ano de escolaridade. O quadro do magistério conta no ano letivo de 2018 de 121 professores regentes, na qual é investigado se estes reconhecem o projeto político pedagógico da escola como um documento que norteia democraticamente a proposta pedagógica municipal, as verdadeiras intenções educacional, e se expressa às necessidades da comunidade escolar. Descreveremos neste trabalho a investigação da temática do projeto político pedagógico como instrumento de gestão democrática.

Os docentes que participaram diretamente desta pesquisa são professores do primeiro ao quinto ano de escolaridade pertencente às unidades escolares descritas a seguir: Escola Municipal Hilda Braga, Escola Municipalizada Prefeito João Gurito, Escola Maria Semedo de Andrade, Escola Municipal Amélia de Lima e Silva e Escola Municipal Anésio Frota Aguiar, e os seguintes resultados foram apresentados para análise.

Quanto ao perfil dos professores investigados, observamos que 100% são do gênero feminino, com idades entre 20 a 51 anos, tendo como tempo de serviço de dois anos a 30 anos de magistério, apenas 23% possuem formação superior em licenciatura, 77% possuem apenas o curso do magistério do ensino médio, o antigo curso normal.

Questões	Participantes: 22 professores
A utilização das tecnologias melhora o processo de gestão democrática e transparente na unidade escolar	100% dos professores responderam que sim

A rede educacional oferece ao professor a formação continuada referente à temática da gestão democrática de ensino.	76% dos professores concordam plenamente que a rede municipal de ensino capacitou sobre a importância da gestão democrática da gestão do ensino, 23% concordam parcialmente e 1% não concorda e nem discorda.
A gestão educacional incentiva à utilização de metodologias inovadoras no processo educacional.	55% dos professores concordam plenamente, 41% dos professores concordam parcialmente, 4% discordam totalmente.
Conhece o PPP da sua unidade escolar.	88% conhecem o PPP da unidade escolar e 12% conhecem superficialmente.
Participou da construção e/ou realimentação do PPP	82% concordam plenamente, ou seja, participaram da construção do PPP e 12% concorda parcialmente e 6% não concordam e nem discorda.
Conhece as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.	68 % dos professores concordam plenamente, 23% concordam parcialmente, 5% não concorda e nem discordam e 4% discorda totalmente.
Participa do conselho escolar?	68 % dos professores participam do conselho escolar, 23% participam parcialmente, 7% não participa mais também não desconhecem e 2% não participam.
Participou da construção da proposta curricular na sua escola alinhada a BNCC?	100% dos professores responderam que sim.
A unidade escolar em que atua promove a gestão democrática da educação.	100% dos professores responderam que sim.
Participou da construção macro da proposta curricular da rede municipal baseado nos documentos norteadores da rede escolar?	80 % dos professores afirmam que participaram da construção da proposta curricular da escola e 18% afirmam que participaram parcialmente e 2% não participaram. .
Seria interessante utilizar um recurso digital que tivesse acesso ao acervo documental da gestão macro educacional de Mendes, e ao mesmo tempo proporcionasse a interação com outros professores, colaborando com o registro e troca de práticas e metodologias inovadoras utilizadas em sala de aula, como também outros materiais pertinentes ao enriquecimento do processo educacional da rede municipal de ensino de Mendes?	100% dos professores responderam que é muito interessante.
Conhece a proposta macro educacional da rede municipal.	100% dos professores responderam que não conhecem.

Quadro demonstrativo dos resultados da pesquisa

Na posição de Lüdke e André (1986), o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado, que neste artigo, tem como foco principal, a rede de ensino municipal de Mendes/RJ.

Segundo Ventura (2007) os estudos de caso têm várias aplicações. Desta forma, ainda

segundo o autor, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes.

Em conformidade com a metodologia até aqui explanada, evidenciam-se, após sua efetivação, as seguintes vantagens do estudo de caso: o estímulo de novas descobertas, a multiplicidade de dimensões de um problema, além da obtenção de uma análise em profundidade dos processos e das relações entre elas estabelecidas.

Discussão

Após uma investigação crítica dos resultados apresentados anteriormente, foi observado que os professores conhecem o projeto político pedagógico na sua escola, receberam formação continuada sobre a temática gestão escolar, participaram da construção da proposta curricular alinhada com a Base Nacional Comum Curricular dentro da unidade escolar.

Os entrevistados acreditam que o uso das tecnologias melhora o processo de gestão democrática e transparente na rede municipal, porém afirmam que são poucos que recebem o incentivo da utilização de metodologias inovadoras em sala de aula. A pesquisa constatou também que os professores participam do PPP da unidade escolar, porém não conhece a proposta macro pedagógico da secretaria municipal de educação de Mendes.

Propomos aos professores a utilização de uma plataforma digital que tivesse acesso ao acervo documental da gestão macro educacional de Mendes, e ao mesmo tempo proporcionasse a interação com outros professores, colaborando com o registro e troca de práticas e metodologias inovadoras utilizadas em sala de aula, como também outras matérias pertinentes ao enriquecimento do processo educacional e do incentivo a gestão democrática do ensino da rede municipal de ensino de Mendes. Essa proposta foi aceita por todos os professores participantes da pesquisa

O questionário utilizado subsidiou um melhor entendimento do processo da gestão escolar (gestão micro), como instrumento legitimador do processo de gestão macro educacional realizada pela rede municipal de ensino de Mendes.

Cada escola é singular na sua realidade e nas relações estabelecidas entre os segmentos. Dessa maneira, as sugestões que se apresentam precisam ser adaptadas conforme cada etapa do projeto que está sendo elaborado.

Conforme Medel (2008, p. 75), todo trabalho realizado acerca da construção do projeto - “diagnóstico de sua situação atual, discussão das concepções do grupo acerca dos diversos componentes que intervêm no trabalho pedagógico e a realização das ações consideradas primordiais pelo grupo” - precisa ser trabalhado de maneira interligada e ativa. Dessa maneira, é primordial que o PPP seja realizado tendo como base o trabalho compartilhado dos diversos setores escolares.

A mesma autora completa que:

O diagnóstico a ser feito a partir do marco referencial, poderá incluir dados quantitativos que mostrem uma descrição pormenorizada sobre a realidade como, por exemplo, o número de alunos por série e idade, o número de pessoas com deficiência, as estratégias executadas pela escola para considerá-las, também dados qualitativos, através de entrevistas para conhecer interesses, sentimentos, problemas, tendências, temas polêmicos e outros (MEDEL, 2008, p. 11).

O PPP deve ser um retrato da identidade escolar, como já foi dito anteriormente, devendo ofertar uma direção geral naquilo que a escola precisa desenvolver, com o objetivo de fazer com que o trabalho na escola fique mais agradável e produtivo e, conseqüentemente, com mais qualidade direcionado à formação da cidadania dos sujeitos que dela fazem parte.

A gestão democrática na escola faz com que seja possível um maior envolvimento de toda a comunidade escolar por intermédio de uma participação real na construção do Projeto Político

Pedagógico e na tomada de todas as decisões que advenham desta gestão.

Para que a gestão democrática escolar seja conquistada na sua totalidade torna-se necessário que haja uma ampla reforma na formação política do cidadão, dos docentes, discentes, funcionários e toda a comunidade para que todos saibam valorizar os seus direitos e zelar pelos deveres, dando grande importância para se chegar a uma verdadeira e plena gestão democrática.

A elaboração do PPP é o resultado da comunicação entre os objetivos e necessidades determinadas pela coletividade, por meio da reflexão, das ações essenciais à formação de uma nova realidade, onde deve acontecer o comprometimento de toda a comunidade escolar.

Os gestores desempenham um papel de extrema significância para a escola e para a comunidade, pois ele deve ter a capacidade de dirigir uma instituição, e ao mesmo tempo, promover um ambiente de trabalho saudável.

Para que o trabalho escolar se desenvolva, é necessário que os gestores tenham uma visão abrangedora, que percebam as relações entre os diversos elementos da comunidade escolar e saibam articulá-las as funções e os atores, de modo que consigam orientar-se por meio desse novo modelo de direção escolar.

Partindo dessas características, os gestores, por meio do incentivo à construção de um trabalho coletivo, construirão os traços culturais de sua escola.

Para que a escola se organize, é necessário que os gestores sensibilizem os professores, alunos, funcionários e pais que é preciso de todos para a construção de um ensino de qualidade e que todos trabalhem com as mesmas metas, os mesmos objetivos.

Dessa maneira, por meio da conscientização do trabalho conjunto, é que resultará uma melhor comunicação dentro da própria comunidade escolar. É necessário, portanto, que a escola seja um modelo de organização democrática, autônoma para a sociedade a fim de se atingir o desenvolvimento do educando e seu preparo para o desempenho da cidadania, conquista de seus direitos e qualificação para o trabalho.

Considerações Finais

Portanto a democratização da gestão educacional do município de Mendes é abordada nessa pesquisa como possibilidade de melhoria significativa no processo educacional, superando decisões centralizadas para discussões coletivas, colaborando para a universalização da educação básica como instrumento norteador e colaborativo entre a educação que temos e a educação que queremos. Observa-se a necessidade de elaboração de um projeto político pedagógico da gestão macro da secretaria de educação que representa a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.

Esse século trouxe para educação a revolução tecnológica, as inovações pedagógicas e a necessidade das esferas públicas trabalharem democraticamente de forma descentralizada, ligada diretamente a qualidade da educação e principalmente ao enriquecimento do processo de aprendizagem.

Através dos pressupostos apresentados neste trabalho podemos observar que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador da educação pública e deve estar embasado na LDB e na nova Base Nacional Comum Curricular em consonância com as diretrizes curriculares em favorecimento de uma educação de qualidade e equidade em prol da gestão democrática do ensino.

Por fim, faz-se necessário que a escola como um todo participe da elaboração do projeto macro, para que as ações, missão e visão da educação do município de Mendes, sejam construídas em prol do atendimento as demandas da comunidade escolar, contendo princípios e valores alicerçados nas legislações vigentes presente no cenário da educação nacional e na proposição – gestão democrática e qualidade de ensino.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Palácio do Planalto, 2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): **Educação Infantil, Ensino Fundamental**. Brasília:

MEC – Conselho Nacional de Educação 2017.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, Brasília/DF: Congresso Nacional, 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília/DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília/DF: Congresso Nacional, 2014.

BONATO, Nailda. **Pesquisa em educação e projeto político pedagógico**. V.1- Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

BORDIGNON e GRACINDO, Genuíno e Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o Município e a Escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.a. da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.147.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

EAD/UFPE. **O projeto político-pedagógico na perspectiva do planejamento participativo**. In: Sala ambiente projeto político-pedagógico e a organização do ensino. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/file.php/1/coord_ped/sala_3/pdf/sala_3_Projeto_Politico_Pedagogico_e_a_Organizacao_do_Ensino.pdf. Acesso em: 08 maio 2018.

FERNANDES, S. B. (2015). **A (re)construção do projeto político-pedagógico: sob enfoque, a participação dos professores**. Revista de Ciências da Educação,, Americana-SP, v. 17, n. 32,p. 179-191, jan./jun. 2015. Disponível em:<<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/395/315>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola. Teoria e Prática**. São Paulo. Heccus Editora. 6ª edição. 2017.

Lüdke M, André MEDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU; 1986.

MEDEL, C. R. M. A. **Projeto Político-Pedagógico: construção e elaboração na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

OLIVEIRA, R. C. **Programas PDE Escola e Mais Educação: Descentralização e Gestão** Educação, Universidade do Ensino. Juiz de Fora, 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Federal de Juiz de Fora. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/54557>> acesso em: abr. 2018.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PEREZ, Tereza. Organização. **BBCC- Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**. São Paulo. Editora Moderna, 2018

ROSTIROLA, C.R.; SCHNEIDER, M.P.; **Projeto Político Pedagógico: instrumento de melhoria da qualidade educativa?** Revista Unoesc & Ciência- ACHS, Joaçaba, v. 1,n 1, p-73-80, jan/jun.2010.

SULPINO, C. M.; RAMALHO, R. P. **Elementos para a gestão democrática na Educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Aberta Brasil, Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 2-23. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/elementos_para_a_gestao_democratica_na_educacao_1343917737.pdf. acesso em abr/2018.

VASCONCELLOS, C.S.; **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. 14.ed. São Paulo: Libertad, 2005

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E.M.; NOGUEIRA, J.F.F.; **Gestão da** jan./abr. 2015. Disponível **aprendizagem em tempos de Ideb: percepções dos docentes**. RBPAE - v. 31, n. 1, p. 85 - 106 em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/58916/35196>> Acesso em: 17 jul 18.

VIEIRA, S. L.. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples**. RBPAE—v.23, n1, p. 53-69, jan/abr. 2007. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19013/11044>> Acesso em 13 jul.18.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista SoCERJ, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

Recebido em 2 de maio de 2019.

Aceito em 24 de junho de 2019.